



Wilson Pedrosa/AE

*Zélia: os senadores terão as respostas em cinco dias*

# Zélia irá responder ao Senado

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, determinou ontem ao Banco Central que providencie as informações solicitadas pelo Senado sobre os saques na rede bancária acima de Cr\$ 500 mil, realizados entre os dias 15 de fevereiro a 15 de março. Em um aviso encaminhado ao presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), a ministra se compromete a responder ao pedido de informações do Senado nos próximos cinco dias. Momentos depois de ler a mensagem da ministra no plenário, o senador Nélson Carneiro divulgou o parecer pedindo o enquadramento da ministra por crime de responsabilidade. O processo não foi votado porque a ministra voltou atrás da decisão de não fornecer as informações pedidas pela Casa. Na sessão de

hoje à tarde, os senadores vão decidir se aprovam ou não o ofício da ministra.

O recuo do governo provocou um abrandamento nas relações entre o Legislativo e o Executivo. Mesmo assim, existem algumas resistências para aprovar o texto enviado pela ministra. O ofício diz que o requerimento de informações "transitou no plenário dessa Casa, sem que o mesmo se opusesse ao levantamento do sigilo bancário. Em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas, porque obedecido o disposto no parágrafo quarto do artigo 38 da Lei 4595, de 1964, que trata do sigilo bancário. "A ministra é petulante e teima em ignorar a Constituição", disse o autor do pedido de informações, senador Jamil Haddad (PSB-RJ). O artigo 50 da Constituição, no pa-

rágrafo segundo, estabelece que os pedidos de informações podem ser encaminhados aos ministros pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, sem necessitar a aprovação do plenário.

## CONFLITO

Para o líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), o ofício da ministra, que ele entregou a Nélson Carneiro antes de começar a sessão, teve o objetivo de abrandar as tensões entre o Executivo e o Congresso. "O que se pretendeu foi evitar uma crise entre dois poderes", afirmou. Segundo ele, o pedido de informações não foi atendido em dois meses (a resposta da ministra à primeira solicitação venceu no dia 29 de abril) porque havia resistências de ordem jurídica no Banco Central.